

CÂMARA MUNICIPAL DE VAGOS

MINUTA DA ATA N.º 23/2017, de 26 de outubro

REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA

OA – ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

6 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – CÂMARA MUNICIPAL – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL -----

Para efeitos do disposto no artigo 34.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o senhor Presidente da Câmara Municipal propôs que lhe fossem delegadas as **competências** da Câmara Municipal a seguir indicadas, as quais poderão ser subdelegadas nos senhores Vereadores.-----

RJALEI – Delegação de Competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara – Art.º 33.º, n.º 1, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro
d) Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações;
f) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba;
g) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1 000 vezes a RMMG;
h) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções;
l) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei;
q) Assegurar a integração da perspectiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade;
r) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;
t) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;
v) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;
w) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;
x) Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos;
y) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;
bb) Executar as obras, por administração direta ou empreitada;
cc) Alienar bens móveis;
dd) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços;
ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;
ff) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;
gg) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;
ii) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos;
jj) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;

kk) Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;
ll) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;
mm) Designar os representantes do município nos conselhos locais;
nn) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;
qq) Administrar o domínio público municipal;
rr) Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos;
tt) Estabelecer as regras de numeração dos edifícios;
uu) Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município;
ww) Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município;
zz) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município;
bbb) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado;

RJALEI – Delegação de Competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara – Art.º 39.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro
b) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal;
c) Proceder à marcação e justificação das faltas dos seus membros;

Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação
Delegação de Competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara
Artº 3º, nº 2 – Indeferimento de projetos suscetíveis de comprometer os conjuntos urbanos existentes.
Artº 4º, nº 3 – Alinhamento de muros
Artº 13º, nº 4 – Muros e vedações – outras alturas
Artº 46º, nº 3 – Remoção de materiais
Artº 58º, nº 2 – Recuperação de peças processuais

Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual
Delegação de Competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara
Artº 4º, nº 2 – Licença administrativa (Operações de loteamento, obras de urbanização, obras de construção, alteração, conservação, ampliação, demolição, etc)
Artº 5º, nº 4 – Aprovação de informação prévia regulada no diploma
Artºs 89º e 89º-A – Ordenar a execução de obras de conservação ou demolição

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal e delegar-lhe todas as competências acima indicadas. -----

Deve o DGRHeFM, proceder em conformidade com o teor da presente deliberação. -----